



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE DIREITO

LUIZ FERNANDO MOREIRA AGUIAR PARRIÃO

**OS REQUISITOS CUMULATIVOS
NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE:
UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA À LUZ DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA RESPONSABILIDADE FISCAL**

Palmas/TO
2021

LUIZ FERNANDO MOREIRA AGUIAR PARRIÃO

**OS REQUISITOS CUMULATIVOS
NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE:
UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA À LUZ DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA RESPONSABILIDADE FISCAL**

Artigo avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Direito, para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Renata Rodrigues de Castro Rocha

Palmas/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P261r PARRIÃO, LUIZ FERNANDO MOREIRA AGUIAR.

Os requisitos cumulativos na judicialização da saúde: Uma análise da jurisprudência à luz dos direitos fundamentais e da responsabilidade fiscal. / LUIZ FERNANDO MOREIRA AGUIAR PARRIÃO. – Palmas, TO, 2021.

27 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Direito, 2021.

Orientadora : Renata Rodrigues de Castro Rocha

1. Judicialização da saúde. 2. Concessão de medicamentos. 3. Direitos fundamentais. 4. Responsabilidade fiscal. I. Título

CDD 340

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUIZ FERNANDO MOREIRA AGUIAR PARRIÃO

OS REQUISITOS CUMULATIVOS NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA RESPONSABILIDADE FISCAL

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Direito para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra. Renata Rodrigues de Castro Rocha

Data de aprovação: 05 de agosto de 2021.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Renata Rodrigues de Castro Rocha, UFT

A imagem mostra uma assinatura manuscrita em preto, que parece ser "Cristiane Dorst Mezzaroba".

Prof.^a Ms. Cristiane Dorst Mezzaroba

Documento assinado digitalmente



Maria Leonice da Silva Berezowski

Data: 10/08/2021 19:19:22-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Leonice da Silva Berezowski

Palmas, 2021

A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por essa razão, a justiça nega que a perda de liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por todos. – RAWLS, J. Uma teoria da justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a minha mãe, um exemplo de mulher que se entregou ao trabalho e dedicou todos os seus esforços à criação de seus filhos. Agradeço a minha avó Amparo e ao meu avô Durval (*in memoriam*), que juntos construíram uma grande família, e sempre acreditaram que a saída para um futuro melhor estava na dedicação aos estudos. Agradeço a minha tia Ana Paula, a minha prima Maria Clara, meu irmão Pedro Henrique e meu tio Ranieri, pois o apoio e o incentivo em relação a faculdade, por parte deles, foi, sem dúvidas, fundamental nessa jornada. Agradeço, de todo modo, aos meus tios, tias, primos e primas, todos contribuíram de alguma forma e reconhecer isso é justo e necessário.

Agradeço de forma especial as pessoas que conheci em Palmas e reservarei para sempre a minha consideração e carinho. Meus amigos Abner, Ana Yasmim, Hélcio, Gustavo R., Laura, Paulo, Rodrigo, Renan, Vanessa e Vinícius. Pessoas da minha mais alta estima, com quem vivi momentos inesquecíveis e a quem sou eternamente grato por tê-los conhecido. Agradeço ainda aos meus supervisores de estágio, Joienita, Yasmin, Cícero, Cristiano, Wandelmir, Andrey e Leandro, além de meus colegas de estágio com quem tive oportunidades de aprender e ensinar. Aos inúmeros professores e orientadores. Com todos eu tirei alguma lição para a vida que de alguma forma me transformaram no homem que sou hoje.

Muitas foram as pessoas que me trouxeram até este momento. Colar grau em uma universidade pública no Brasil é um privilégio. Em uma sociedade tão desigual, é necessário deixar claro que, infelizmente, ainda sou a exceção. Uma grande porcentagem de brasileiros não teve uma oportunidade de ingressar no ensino público superior ou técnico. São para essas pessoas que os egressos de universidades públicas devem focar a sua atuação pós-academia. Melhorar o país, reduzir as desigualdades e promover a justiça social. Dito isso, agradeço à Universidade Federal do Tocantins, uma universidade pública que deve ser defendida e aperfeiçoada por todos.

RESUMO

O estudo tem por objetivo promover uma reflexão acerca da judicialização da saúde. Identificar disposições restritivas à concessão de medicamentos por meio de uma análise da jurisprudência das cortes superiores do Brasil. Compreender a possibilidade de conciliação de distintos interesses – a proteção aos direitos fundamentais e o compromisso pela responsabilidade fiscal. Especificamente, analisar o impacto da concessão de medicamentos e a observância dos direitos fundamentais nos julgados de concessão dos fármacos. O trabalho vale-se do método hipotético-dedutivo e está baseado em pesquisa bibliográfica selecionada a partir de publicações afetas à área da judicialização da saúde, economia, responsabilidade fiscal, direitos fundamentais e constitucional.

Palavras-chaves: Judicialização. Saúde. Erário. Direitos. Medicamentos.

ABSTRACT

The study aims to promote a reflection on the judicialization of health. Identify restrictive provisions on the granting of medicines through an analysis of the jurisprudence of the superior courts in Brazil. Understand the possibility of reconciling different interests – the protection of fundamental rights and the commitment to fiscal responsibility. Specifically, analyze the impact of drug granting and the observance of fundamental rights in drug granting judgments. The work uses the hypothetical-deductive method and is based on bibliographical research selected from publications related to the area of judicialization of health, economics, fiscal responsibility, fundamental and constitutional rights.

Key-words: Judicialization. Health. Treasury. Rights. Medicines.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE.....	12
2.1 A PREMISSA DE RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	12
2.2 O DIREITO À SAÚDE E A DIGNIDADE HUMANA	14
2.3 O FENÔMENO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	16
3 OS REQUISITOS CUMULATIVOS	16
3.1 MEDICAMENTOS IGNORADOS PELO SUS	17
3.2 MEDICAMENTOS NÃO REGISTRADOS NA ANVISA.....	18
3.3 MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO.....	19
4 O COMPROMISSO PELA RESPONSABILIDADE FISCAL	21
4.1 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO.....	22
4.2 A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O ORÇAMENTO PÚBLICO	23
5 CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS	26